

Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas

Bernardo Salgado Rodrigues(1)

1-Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ-PEPI (2020). Atualmente é professor substituto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), integrante do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contra-hegemonia (LEHC-UFRJ) e do Grupo de Trabalho "China y el Mapa del Poder Mundial" do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

A histórica presença estadunidense no subcontinente sul-americano é visualizada desde o século XIX, com a famosa Doutrina Monroe, de 1823. Recentemente, as particularidades e vicissitudes de suas ações político-econômicas direcionadas à região vêm sofrendo transformações. A periodização compreendida entre 2001 e 2016 possui uma paradoxal dualidade. Uma primeira, com características divergentes, possui no ano de 2008 seu ponto de inflexão. Neste ponto, o Governo Bush abrandou o controle dos EUA sobre a economia mundial a partir de sua cruzada política da Guerra ao Terror, distinguindo-se de seu antecessor com a Estratégia de Engajamento e Expansão e de seu predecessor com a tentativa de retomada da liderança global via multilateralismo. Com isso, a Doutrina Bush possibilitou o surgimento de vácuos de poder em distintos tabuleiros geopolíticos no sistema internacional, dentre eles a América do Sul. A segunda, de caráter convergente, trata-se da nova estratégia proposta pela Guerra Híbrida.

Dessa forma, o presente artigo

busca analisar os parâmetros e as características principais dessa nova modalidade de disputa. A partir da hipótese central de que essa nova contenda geopolítica se insere de forma velada na América do Sul, será realizado um estudo realista, com a metodologia qualitativa proposta por Korybko (2018), transplantando-a para o contexto sul-americano. Assim, busca-se elucidar e compreender suas características principais, seu funcionamento e a sua amplitude, com a finalidade de contribuir na elaboração de eficientes estratégias de neutralização.

O trabalho divide-se em duas subdivisões: na primeira parte, busca-se realizar um breve preâmbulo da atuação dos Estados Unidos em território sul-americano no século XXI; na segunda, uma , uma definição conceitual e empírica da Guerra Híbrida, analisando suas características, objetivos, protagonistas e modelos.

O preâmbulo estadunidense na América do Sul no século XXI

Uma didática e interessante divisão sobre a política externa

estadunidense no sistema internacional é realizada por Pecequillo (2003; 2012; 2013), propondo quatro periodizações: o começo da política externa (1776-1898), que vai desde a independência dos Estados Unidos até a atuação direta na contenda hispânico-americana pela descolonização de Cuba e Porto Rico; a ampliação da política externa (1898-1945), meio século que engloba as duas Guerras Mundiais; a consolidação da hegemonia estadunidense (1945-1989), conformação do sistema internacional sob seus preceitos pós-Segunda Guerra Mundial e contenção do comunismo soviético na Guerra Fria; e a política internacional contemporânea num contexto de Pós-Guerra Fria.

Durante toda essa periodização, a América do Sul sempre se apresentou como uma das zonas mais geoestratégicas para os Estados Unidos. (Rodrigues, 2018, p.24) Entretanto, no início do século XXI, visualizou-se o surgimento de novas dimensões na relação entre os Estados Unidos e a região ([Ramanzini Júnior](#); Mendonça, 2015, p.45), um cenário inédito de relativo desengajamento americano diante de seu entorno estratégico imediato, através de um vácuo de poder originado pelos ataques de 11 de Setembro, e ulterior redirecionamento da totalidade de esforços econômicos e militares para o Oriente Médio e no combate a Guerra ao Terror. Consequentemente, tal fato possibilitou um rearranjo na relação entre as Forças Políticas Externas (FPE)[2] estadunidenses e as Forças Políticas Internas (FPI)[3] sul-

americanas, tal qual definidas e exemplificadas por Rodrigues (2020, pp.121-122).

Tal episódio histórico propiciou dois fatos que iriam marcar substancialmente a política estadunidense no governo Bush (2001-2009) e no início do século XXI: a sistematização do *Patriot Act* e a intensificação do *Project for the New American Century*. Ambos surgem como desdobramentos dos ataques de 2001 e influenciam, direta ou indiretamente, a política interna e externa dos Estados Unidos, possibilitando uma reinterpretação do seu papel no sistema internacional.

O *Patriot Act* consistiu numa sistematização de regras voltada para o combate ao terrorismo. Desse modo, esta lei permitia, além da espionagem dos próprios cidadãos americanos sob a prerrogativa de Guerra ao Terror, a prisão de suspeitos de ataques terroristas sem direito a advogados, a autorização de práticas de interrogatório mais assertivas (tortura) e a qualificação dos prisioneiros como combatentes inimigos com a afiliação de grupos terroristas, sem pátria. Amparados pelo Departamento de Segurança Doméstica (*Homeland Security*) e o *USNORTHCOM* (Comando do Norte), "estas posturas resultaram nos escândalos de maus tratos de prisioneiros na base norte-americana de Guantánamo em Cuba, nas instalações de Abu Graib no Iraque e em instalações secretas da CIA em outros países." (Pecequillo, 2012, p.21)

Em 25 de outubro de 2001, o Congresso, por vasta maioria, aprovou quase intacto e o presidente George W. Bush sancionou o USA Patriot Act, com o que desfechou um golpe na estrutura jurídica doméstica, a transgredir frontalmente a Constituição dos Estados Unidos. O USA Patriot Act não apenas dilatava a aplicação do poder federal no monitoramento eletrônico dos cidadãos, a cargo da National Security Agency (NSA), como definia o novo crime de “domestic terrorism” de modo tão amplo que permitia o uso contra qualquer ato de desobediência civil, qualquer que fosse a tendência política. (Bandeira, 2016, pp.74-75)

Alinhado a este fator, desde sua eleição, o governo Bush indicava uma significativa retórica do unilateralismo, fato este que, coadunado com os ataques de 11 de setembro e a janela de oportunidade de maior assertividade no plano militar internacional justificado pelo combate ao terrorismo, possibilitou a ativação de um projeto surgido em *think tanks* neoconservadores do Partido Republicano na década de 1990, exercendo forte influência no setor militar e na política externa de presidente. O Projeto para o Novo Século Americano (PNAC) consistia em implementar uma *full spectrum dominance* [4] dos Estados Unidos, uma consolidação e ampliação da sua hegemonia no sistema internacional como única superpotência

e, conquanto algumas vezes hesitasse, conservou os Estados Unidos em um

perpetual wartime footing, a forever war, war on terror, formalizada em 2001, com autorização do Congresso, para combater um inimigo invisível, não identificado, sem nome e sem parâmetros, dando-lhe continuidade e escalando, inconstitucionalmente, os ataques e assassinatos extrajudiciais de terroristas ou supostos terroristas, mediante a tática de targeted killing [5]. (Bandeira, 2016, pp.93-94)

Apesar desses fatores, o critério central na ação internacional da administração Bush colocou a América do Sul fora do radar de Washington (Colombo e Frechero, 2012, pp.190-191), o que, na interpretação de Kelly (1997, p.190), "o vácuo político na América Latina representa ameaças potenciais aos Estados Unidos"[6] Alinhado a esta visão, a ausência de políticas positivas à região, a dificuldade em realizar parcerias bilaterais, e o esvaziamento da presença no hemisfério são fatores que possibilitaram a ascensão de distintos atores na região durante este período, tanto internos como externos.

Do ponto de vista norte-americano, a partir de 2001, com as novas prioridades estratégicas em termos de regiões e temas da política externa, com destaque para questões de segurança e de combate ao terrorismo, a importância da América Latina no conjunto da política externa norte-americana diminuiu consideravelmente. Não há uma política estruturada para a América Latina, o que para muitos na região é

considerado algo positivo, tendo em conta um histórico intervencionista e destabilizador que marcou parte da política norte-americana para o hemisfério. Há ações focadas em relações bilaterais, principalmente com os países da América Central e do Caribe, com o México, com os países andinos e com o Brasil, o que sinaliza também a dificuldade e/ou inexistência de uma abordagem hemisférica. (Ramanzini Júnior e Mendonça, 2015, p.58)

Os últimos anos do governo Bush ficaram marcados pela eclosão da crise financeira de 2008, ponto de inflexão paradigmático dentro dos Estados Unidos e em todo o sistema internacional. Tal acontecimento incentivou a retórica da refundação hegemônica dos Estados Unidos com a eleição de Barack Obama (2009-2017), modificando a política externa estadunidense e, concomitantemente, sua relação com a América do Sul. Destarte, ainda que tenha perdurado e, inclusive, se intensificado a tentativa de governança global baseada no domínio de espectro total estadunidense, constata-se um retorno do direcionamento geoestratégico para o seu entorno imediato, através de distintas ações no campo econômico e, de forma mais arguta, no militar.

A atuação da administração Obama consistiu basicamente na tentativa de petrificação da ordem mundial e implantação da dominação totalitária dos Estados Unidos, corroborando com seu antecessor, uma vez que buscou a "full-spectrum

dominance", almejada, ardentemente, desde a decomposição da União Soviética." (Bandeira, 2016, p.145) Essa dominação de espectro total possui como objetivos conquistar posições estratégicas e condicionar guerras em busca de mercados e/ou acesso a recursos naturais, mesmo que inclua a interferência direta em outros países a partir de operações de *regime change*. [7] Além disso, tal governança global possui relação direta com o projeto *The New American Century*, adaptando-o aos novos imperativos do sistema internacional e adequando-o às novas modalidades de guerra.

Desta maneira, reforça-se a concepção de que as distintas forças políticas externas dos Estados Unidos na América do Sul ganham força como válvula de escape às tensões econômicas neste país. Isto é, não emergem de uma política construtiva para o continente ou que visasse o aprofundamento da colaboração, mas sim de uma necessidade de preservar a zona de influência hemisférica e conter o avanço dos novos polos de poder nesta região e em escala mundial.

A revalorização de países sul-americanos no tabuleiro geopolítico global, como Brasil e Venezuela, e regiões, como o Atlântico Sul [8], possui relação diretamente proporcional ao ajustamento das forças políticas dos Estados Unidos diante de novos fenômenos regionais e globais. Em outros termos, quanto maior for a margem de autonomia desses e outros Estados, mais elevadas as chances de choque de interesses com a hegemonia.

Diante deste cenário, as reações norte-americanas à expansão dos emergentes na América do Sul (e também na África e no Atlântico Sul) iniciaram-se de forma mais sistemática em 2008, atingindo maior intensidade a partir de 2009, com a chegada de Barack Obama ao poder na Casa Branca. Obama não só deu continuidade às políticas lançadas por Bush filho no campo geopolítico, como inseriu componentes geoeconômicos na agenda de contenção de Brasil e China. Stallings (2008) aponta que mesmo que a postura brasileira e chinesa não seja confrontacionista diante da hegemonia, o fato de sua projeção de poder começar a chocar-se com a norte-americana na economia e na dimensão política-estratégica impôs uma necessidade de resposta aos Estados Unidos. (Pecequillo, 2013, p.112)

Portanto, a atuação dos Estados Unidos consiste em impedir o surgimento de uma possível potência, assim como prevenir que qualquer poder hostil domine ou exerça qualquer tipo de influência, uma "meta de estabilidade regional, que busca impedir ameaças aos interesses vitais dos Estados Unidos diante de 'países desestabilizadores' na região." (Bruckmann, 2011, p.207)

Para tal finalidade, mantêm mecanismos para dissuadir os competidores potenciais de aspirarem a um papel regional ou global, intervindo político, militar e economicamente. [9] Especificamente para a América do Sul, os objetivos da estratégia hemisférica dos EUA buscam manter sua supremacia

e presença militar, reduzindo as forças militares dos países da região; difundir a agenda de liberalização econômica ampla, através de acordos bilaterais ou regionais; dominar os recursos e mercados do hemisfério; contrapor a expansão chinesa e a ascensão do Brasil na região, minando seus projetos regionais (MERCOSUL, UNASUL e BRICS). No caso específico da América do Sul, consiste em brechar o protagonismo regional e internacional do Brasil, através da inviabilização dos projetos de integração regional, destruição de complexos econômicos por vias diretas e indiretas (como as empreiteiras brasileiras e empresas relacionadas ao pré-sal), e submissão da política externa brasileira aos interesses imediatos dos Estados Unidos. Outros casos podem ser citados no sistema internacional, como o Irã no Oriente Médio, com o ataque que resultou na morte de um dos homens mais poderosos do país, o general Qassem Soleimani, além da inviabilização do sistema financeiro iraniano através de sanções econômicas; e da Rússia na Eurásia, principalmente pela aversão de uma possível aliança sino-russa.

A elevação do prestígio brasileiro e as questões energéticas (as reservas do pré-sal brasileiro e no Atlântico Sul) levam à reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, a continuidade do Plano Colômbia e as pressões sobre a Tríplice Fronteira, considerada zona de risco terrorista. A reativação da Quarta Frota responde aos avanços chineses e indianos na América Latina, e ao

incremento da cooperação militar entre Venezuela e Rússia (e da aproximação da Venezuela com o Irã). Mais adiante, a constituição do Conselho de Segurança da UNASUL (CDS) torna-se fonte de preocupação para os norte-americanos (Pecequilo, 2012, pp.53-54)

Conforme afirma Fiori (2007; 2014), a projeção de poder de todo e qualquer país hegemônico no sistema internacional, historicamente, abrange uma dicotomia sincrônica entre o poder das armas e das moedas, ou seja, o poder militar e o poder econômico. No que se refere às forças políticas externas dos Estados Unidos na América do Sul pós-Guerra Fria, visualiza-se essa dualidade de forma explícita, referente ao poder econômico, e implícita, no poder militar. Em outros termos, na seara econômica, apesar da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ter sido derrotada [10] – em grande medida devido à posição contrária de diversos governos e de movimentos sociais da região, findadas as negociações em Mar Del Plata (2005) –, os Estados Unidos vêm realizando uma sucessão de medidas que, no fundo, almejam a consolidação de sua influência por todo o território sul-americano, "uma 'reserva de mercado' para sua influência, seus produtos industrializados e, em menor escala, fornecimento de energia e matérias-primas." (Pecequilo, 2013, p.103) Essas ações de poder econômico se realizam através da influência e proeminência do regionalismo aberto [11], das assinaturas de Tratados de Livre-Comércio (TLC) [12] com

diversos países da região, da criação da Aliança do Pacífico [13], e dos acordos transcontinentais da *Trans-Pacific Partnership* (TPP) [14], *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) [15] e *Trade in Services Agreement* (TISA). [16]

Entretanto, visualizam-se sinais de esgotamento e perda do poder econômico relativo dos Estados Unidos no sistema internacional. Ao elevar consideravelmente o déficit fiscal em porcentagem do PIB e manter constante o déficit comercial em transações correntes, tais déficits-gêmeos dependem de inversões externas para seu financiamento (Costa, 2016, p.186-187) e, uma vez que parte considerável dos títulos dívida pública estadunidense – que ultrapassaram 100% do PIB no ano de 2009 – foi adquirida por países emergentes, em especial a China, considera-se que

aqueles déficits concretizam um panorama de expansão progressivamente explosiva de custos de longo prazo, em que o crescente pagamento dos juros aumentaria o déficit e a dívida, gerando novo aumento em um ciclo contínuo. Frente ao enfraquecimento do dólar, os déficits crescentes, e de possível redução do seu papel como moeda de reserva internacional, além da busca por vários países por constituição de reservas em múltiplas moedas, como no caso do acordo entre os BRICS de abril de 2010, a capacidade norte-americana de financiamento de seus déficits a longo prazo, encontra-se comprometida, caracterizando este país como uma

potência em bancarrota. A valorização do dólar frente a outras moedas e ataques especulativos a países concorrentes é uma ferramenta de guerra econômica que só prolonga a agonia americana e a crise internacional associada. (Costa, 2016, p.187)

Isto propõe uma agenda ofensiva estadunidense para a restauração de seu poder relativo a partir de outros meios. Durante o período analisado (2001-2016), constatou-se o surgimento de uma nova categoria de intervenção indireta perpetrada pelos Estados Unidos no sistema mundial e, inclusive, na América do Sul. A realização de ações políticas veladas com a finalidade de desestabilizar *Rogue States* e *Failed States* [17] passou a fazer parte do *modus operandi* estadunidense, a fim de instaurar seus princípios de economias abertas e democracias liberais, e, fundamentalmente, retomar a ordem unipolar. Esta nova modalidade velada de enfrentamento é denominada de Guerra Híbrida.[18]

Definição conceitual e empírica da Guerra Híbrida

As características fundamentais da Guerra Híbrida não são inéditas; desde clássicos como Clausewitz – ao afirmar que a guerra é um instrumento da política [19] e um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade [20] – e Sun Tzu –ao basear a arte da guerra na dissimulação [21] e cuja excelência suprema consistiria em

vencer o inimigo sem ser preciso lutar [22] –, determinadas peculiaridades oriundas do estudo histórico sobre a guerra são constatadas, como a sua natureza imutável (violência, acaso e propósito político) e os impactos das Revoluções Industriais, Científicas e Tecnológicas. Entretanto, o ineditismo é a dimensão proporcionada pelas novas tecnologias, ensejando a formalização da terminologia Guerra Híbrida.

Segundo o esforço intelectual de distintos pesquisadores, a Guerra Híbrida se encontra entre um neologismo, algo controverso que não poderia ser considerado uma novidade, e uma realidade concreta na qual podem ser inferidas contribuições intelectuais e teóricas. Propriamente dita, a primeira utilização da expressão foi realizada por William J. Nemeth, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, abordando o tema em seu trabalho *“Future War and Chechnya: a Case of Hybrid Warfare”*, de 2002. Entretanto, a definição conceitual como referência à denominação de Guerra Híbrida surge dentro de um contexto de contraterrorismo, aplicado durante a ocupação do Iraque (2003), num artigo de 2005 do Tenente-General James N. Mattis e Tenente-Coronel Frank Hoffman, ambos do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, intitulado *“Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars”*. Nele, a partir da perspectiva estadunidense, os autores realizam um alerta para a possibilidade de atores estatais e não estatais buscarem tecnologias e táticas para obtenção de vantagens, uma combinação de

abordagens inovadoras, uma fusão de diferentes modos e meios de guerra.

Mas nossa superioridade convencional cria uma lógica convincente para que Estados e atores não estatais saiam do modo tradicional de guerra e busquem alguma capacidade de nicho ou alguma combinação inesperada de tecnologias e táticas para obter vantagem. Portanto, precisamos explorar a natureza dos desafios alternativos e os investimentos correspondentes para nos posicionar de forma mais adequada num mundo de adversários não convencionais. (MATTIS; HOFFMAN, 2005, pp.30-32) [23]

Em outros trabalhos, Hoffman (2009, pp.34-39; 2010, p.441) busca qualificar a terminologia, abordando que as Guerras Híbridas, ao misturarem a letalidade do conflito estatal com o fervor fanático e prolongado da guerra irregular, se juntam a um conjunto crescente de conceitos alternativos sobre o caráter evolutivo do conflito moderno. Ao não se limitarem a atores não estatais, a capacidade de empregar táticas irregulares e capacidades avançadas – juntamente com atividades ilegais ou terroristas – apresenta um fator complicador para o planejamento da defesa no século XXI.

Isso corresponde às opiniões de muitos analistas militares, que sugeriram que o conflito futuro será multimodal ou com distintas variantes, em vez de uma simples caracterização em preto e branco de uma forma de guerra. Assim, estes analistas estão pedindo maior

atenção às formas de guerra obscuras e concertadas, em combinações de crescente frequência e letalidade. Essa construção é mais frequentemente descrita como "guerra híbrida", na qual o adversário provavelmente apresentará ameaças combinadas ou híbridas que visam especificamente as vulnerabilidades dos EUA. Em vez de desafiar separadamente com abordagens fundamentalmente diferentes (convencional, irregular ou terrorista), podemos esperar o enfrentamento de concorrentes que empregarão todas as formas de guerra e tática, talvez simultaneamente. (Hoffman, 2009, p.35) [24]

Concomitantemente, é importante frisar que o próprio conceito de Guerra Híbrida, idealizado nos Estados Unidos, foi incorporado no pensamento militar do Estado, mais especificamente no documento oficial *National Military Strategy* (NMS) de 2015, discorrendo sobre o assunto e possibilitando condições mais adequadas para o preparo de suas forças armadas neste tipo de contenda.

Tais conflitos "híbridos" podem consistir em forças militares assumindo uma identidade não estatal, como a Rússia fez na Crimeia, ou envolver organizações extremistas violentas (VEO) que possuem capacidades rudimentares de armas combinadas, como demonstrou o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL) no Iraque e na Síria. Os conflitos híbridos também podem ser compostos por atores

estatais e não estatais, trabalhando juntos em busca de objetivos comuns, empregando uma ampla gama de armas, como testemunhamos no leste da Ucrânia. Os conflitos híbridos servem para aumentar a ambiguidade, complicar a tomada de decisões e retardar a coordenação de respostas efetivas. Devido a essas vantagens para o agressor, é provável que essa forma de conflito persista no futuro. (United States, 2015, p.4) [25]

Na década de 2010, autores como Colom (2012, pp.77-90), Rácz (2015, pp.11-93) e Leal (2016, pp.6-17) buscaram ampliar o escopo dessa designação inicial. O primeiro visou discutir a vigência e as limitações da Guerra Híbrida, ainda que afirme que “essa ideia é gráfica o suficiente para que o poder político e a opinião pública entendam a complexidade dos conflitos e as dificuldades estratégicas, operacionais e táticas que as forças que participam de missões no exterior devem superar.”[26] (Colom, 2012, p.87) Na visão de Rácz (2015, pp.87-93), o conceito tem evoluído e dominado o discurso, utilizando-se por base a combinação de meios militares e não militares, tais como as vertentes diplomática, econômica, política, social e informacional de um Estado. Para Leal (2016, pp.6-17), ao analisar a perspectiva teórica da Guerra Híbrida, propõe um pensamento dos seus reflexos no sistema de defesa brasileiro, uma vez que é consolidada a necessidade do seu estudo, “haja vista a importância do tema, à primeira

impressão, desde o nível político, implicando, para a preparação do país, o envolvimento do poder nacional em todas as suas expressões.” (Leal, 2015, p.12)

Considerando a Guerra Híbrida uma síntese da guerra de quarta geração, William Lind (2005, pp.12-17) é um dos autores a sistematizá-la e considerá-la como a última fase da guerra na era da tecnologia da informação e das comunicações globalizadas num contexto pós-industrial. Ao compreender as transformações ocorridas na forma de se fazer a guerra a partir das inovações tecnológicas e formações táticas e estratégicas que aconteceram a partir do Tratado de Westfália (1648), o autor realiza a diferenciação de padrões característicos em quatro gerações sucessivas: 1ª geração (1648-1860), os exércitos regulares seriam organizados pelos Estados; 2ª geração (1ª Guerra Mundial), o fogo concentrado e sincronizado de artilharia alinhado ao poder de choque dos carros de combate e ataques frontais de artilharia; 3ª geração (1917-1939), caracterizado pela manobra, velocidade e surpresa; e 4ª geração (pós Guerra Fria e, principalmente, pós Guerra ao Terror), Estado perde o monopólio sobre o exercício da violência e da guerra.

Para Visacro (2011, pp.46-55), na guerra de 4ª geração, a ocorrência de cenários complexos e de configuração difusa exigem esforços mais abrangentes do que os estreitos limites do campo militar podem oferecer. “Dessa forma, para compreender a guerra do século XXI, é

necessário ir além da tecnologia e identificar a verdadeira amplitude das mudanças promovidas pelo advento da era da informação em todos os aspectos da vida cotidiana.” (Visacro, 2011, p.47) Dentre suas características, os protagonistas estatais e não estatais atuam num contexto histórico pós-industrial de guerra irrestrita, que objetiva auferir resultados psicológicos e afetar a opinião pública. Logo, possíveis indicadores mensuráveis da vitória não seriam territórios conquistados ou quilômetros percorridos por dia dentro do território inimigo, e sim o espaço na mídia e a aceitação popular, atuando, portanto, no campo psicossocial.

Fiori (2018, pp.402-403) resume brilhantemente esta nova modalidade de guerra:

uma sucessão de intervenções que transformou este tipo de guerra, na segunda década do século XXI, num fenômeno quase permanente, difuso, descontínuo, surpreendente e global. Trata-se de um tipo de guerra que não envolve necessariamente bombardeios, nem o uso explícito da força, porque seu objetivo principal é a destruição da vontade política do adversário através do colapso físico e moral do seu Estado, da sua sociedade e de qualquer grupo humano que se queira destruir. Um tipo de guerra no qual se usa a informação mais do que a força, o cerco e as sanções mais do que o ataque direto, a desmobilização mais do que as armas, a desmoralização mais do que a tortura. Por sua própria natureza e seus

instrumentos de ‘combate’, trata-se de uma ‘guerra ilimitada’, no seu escopo, no seu tempo de preparação e na sua duração. Uma espécie de guerra infinitamente elástica que dura até o colapso total do inimigo, ou então se transforma numa beligerância contínua e paralisante das forças ‘adversárias’. (Fiori, 2018, pp.402-403)

Comparando-se com as guerras do passado, este tipo seria mais fluído, descentralizado e assimétrico. Uma vez confirmada a existência de atividades de atores desvinculados diretamente do Estado, ratifica-se a dificuldade de distinção entre o civil e o militar. Outra característica fundamental para a compreensão da Guerra Híbrida é a denominação de “liderança velada”, ou liderança por trás dos panos (Korybko, 2018, pp.35-37): uma guerra por procuração gerida pelos Estados Unidos através de assistência militar discreta, que “permite que os EUA terceirizem as operações de desestabilização para aliados regionais com ideias afins se o alvo for considerado muito caro ou politicamente sensível para os EUA perseguirem direta e unilateralmente.” (Korybko, 2018, p.37) Este modelo é o novo sistema estratégico militar que os EUA estão utilizando [27] para travar as Guerras Híbridas visando a ideia de Dominação de Espectro Total. Desta forma, conta com líderes “procuradores” regionais que favoreçam os objetivos geoestratégicos e geopolíticos dos EUA.

Uma das interpretações mais originais e sistematizadas acerca do

tema é a do autor russo Andrew Korybko, que se debruça de modo enfático na temática. Segundo Korybko (2018, pp.42-43), esta nova modalidade de guerra constitui uma assimetria “da Dominação de Espectro Total que pode ser mais bem resumida como a armatização do caos e a tentativa de administrá-lo. Ela é um novo plano de guerra que transcende todos os outros e os incorpora em seu ser multifacetado.” Desta forma, uma possível definição seria a influência indireta de uma força estrangeira sobre outro Estado com o objetivo de reduzir o poder de seus oponentes e/ou países não alinhados.

Ainda, como um desdobramento da guerra de quarta geração, os grandes centros de poder mundial utilizam os instrumentos deste tipo com a finalidade de alcançar seus interesses estratégicos. Por outro lado, o que existem atualmente são táticas de liderança velada que as grandes potências – e, principalmente, o precursor desta nova modalidade de guerra, os Estados Unidos – utilizam para desestabilizar os seus oponentes visando a substituição de governos não alinhados sem confronto direto, através de um novo método de guerra indireta [28] e não violenta [29] pautada numa dupla abordagem mutuamente complementar: as Revoluções Coloridas e a Guerra Não Convencional. (Korybko, 2018, p.13)

É na sua visão que a Guerra Híbrida constitui-se na conjunção entre Revoluções Coloridas e Guerras Não Convencionais. Desta forma, as Revoluções Coloridas consistem numa

guerra indireta com a utilização de técnicas de psicologia das massas, tecnologia da informação e meios de comunicação, cujas manifestações políticas de oposição visam promover o controle sobre aspectos intangíveis, tais como sociedade, ideologia, psicologia, assim como a derrubada de governos não alinhados através do uso da resistência não violenta. (Korybko, 2018, pp.69-70)

Pode-se perceber, portanto, que as Revoluções Coloridas, tal como as campanhas de publicidade ou relações públicas, não são espontâneas, mas sim fabricadas muito de antemão à sua implementação. É a disseminação da informação ("propaganda") na sua mais crua essência, e as ideias contra o governo devem ser propagadas de maneira coordenada para fabricar consenso em uma parcela apropriada (decisiva) da população para que participe da Revolução Colorida. (Korybko, 2018, p.48)

Essa disseminação da informação consiste na base das Revoluções Coloridas, cuja psicologia de determinados grupos é estudada com a finalidade de maximizar os objetivos pré-determinados, a partir dos métodos para difusão de críticas contra o governo. (Korybko, 2018, p.46) É importante frisar que a origem e desenvolvimento dessa mensagem é exógena, externa aos Estados nacionais em que são implementados, buscando macular a autoridade do governo alvo.

Essa disseminação da

informação consiste na base das Revoluções Coloridas, cuja psicologia de determinados grupos é estudada com a finalidade de maximizar os objetivos pré-determinados, a partir dos métodos para difusão de críticas contra o governo. (Korybko, 2018, p.46) É importante frisar que a origem e desenvolvimento dessa mensagem é exógena, externa aos Estados nacionais em que são implementados, buscando macular a autoridade do governo alvo.

Durante a fase da Revolução Colorida, Korybko (2018, pp.69-70) afirma que são utilizados métodos de um autor estadunidense que oferecem diversas maneiras inovadoras de desestabilizar uma sociedade. O famoso livro de Gene Sharp (2012), "From dictatorship to democracy: a conceptual framework for liberation" [30], consiste num manual que visa fortalecer a resistência interna almejando a desestabilização de governos considerados não democráticos através da resistência não violenta. [31] Sharp afirma que "apenas uma mudança nas relações de poder em favor dos democratas pode salvaguardar adequadamente as questões básicas em jogo. Essa mudança ocorrerá através de lutas, não de negociações." (Sharp, 2012, pp.16-17) [32] Em outros termos, através do desenvolvimento de uma base psicológica que pauta uma grande estratégia, estratégias, táticas e métodos (Sharp, 2012, p.72), a ideia principal da desobediência política em massa consistiria na criação de uma rede de ativistas e apoiadores passivos visando a redução e remoção das fontes

do poder do regime não alinhado. "Como se pode ver, Da Ditadura à Democracia é o manifesto e o chamado às armas não violento para revolucionários coloridos de todo o mundo." (Korybko, 2018, p.64)

Portanto dentre os objetivos da Revolução Colorida, pode-se citar a organização da "mente de colmeia" (Korybko, 2018, p.47), um "enxame de atores" reunidos física e virtualmente, de porções distintas da população, que compartilham de ideais semelhantes contrários ao governo, simplificando, assim, o pensamento em massa daquela determinada sociedade; a disseminação, internalização e espontaneidade das informações entre a população que incentive a derrubada do governo (Korybko, 2018, pp.45-46; 48); a exposição internacional que enseje o envolvimento político-diplomático de terceiros nos assuntos soberanos de um Estado independente. (Korybko, 2018, pp.62-63) Assim, para Korybko (2018, p.8),

as revoluções coloridas – largamente planejadas anteriormente e utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais – consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas como democracia, liberdade, etc.; elas são a faulha que incendeia uma situação de conflito interno. A revolução colorida é o golpe brando.

Ainda segundo o autor, caso as

Revoluções Coloridas não sejam suficientes para a derrubada e substituição de governos não alinhados, há o avanço para o estágio de Guerra Não Convencional, combatidas por forças não regulares e que constituem o denominado golpe rígido. Tais Guerras Não Convencionais são atividades conduzidas e previamente estabelecidas por forças não oficiais envolvidas num combate assimétrico contra um adversário tradicional (Korybko, 2018, p.13), a fim de conformar movimentos de insurgência visando coagir, abalar e derrubar um governo ou poder em exercício. Ao atuar como um multiplicador de forças, "ela apodera-se de uma infraestrutura política, militar e social pré-existente e a apoia com vistas a acelerar, estimular e incentivar ações decisivas baseadas em ganho político calculado e nos interesses nacionais dos EUA." (Korybko, 2018, pp.71-72)

Os Estados Unidos utilizam esta modalidade de guerra desde o início do século XXI, confirmado pelo vazamento do documento das forças armadas "TC 18-01 *Unconventional Warfare*". Este documento realiza a descrição detalhada do planejamento e da administração da Guerra Não Convencional, servindo de guia para o desenvolvimento sistemático da organização, insurreição e subversão no interior de países não alinhados. Além disso, enfatiza a necessidade de um estudo de viabilidade pré-existente a deflagração da guerra, "e, se a população já tiver sido doutrinação em larga escala contra o Governo e estiver pronta para sacrificar e assumir as

privações associadas à insurreição armada contra o Estado, o planejamento operacional pode seguir adiante." (Korybko, 2018, pp.92-93) Assim,

ao se prepararem para uma Guerra Não Convencional em um Estado alvo, os EUA normalmente fazem um estudo de viabilidade para averiguar as chances de sucesso da operação. Eles podem fazer isso ou se encontrando com representantes contra o governo, que viajam aos EUA ou a um país terceiro, ou enviando diretamente um especialista militar a campo. Uma vez tomada a decisão de implantar uma Guerra Não Convencional, os EUA "prestam suporte através de um parceiro de coalizão ou de um país terceiro" quando "o apoio manifesto dos EUA ao movimento de resistência é (...) indesejado" (a estratégia de Liderança velada). (Korybko, 2018, pp.82-83)

Deste modo, ao constituir-se como a evolução orgânica da Revolução Colorida, a Guerra Não Convencional não é espontânea, e sim a continuação de um conflito já existente na sociedade; "ela é não linear, dinâmica e caótica, introduzindo uma mescla de táticas em constante transformação que são desenvolvidas para desequilibrar as autoridades." (Korybko, 2018, p.77) Além disso, ao utilizar forças por procuração compostas, principalmente, por atores desvinculados do Estado, seu êxito consiste em abalar o inimigo e mantê-lo em contínuo desequilíbrio, até que a oportunidade para um ataque

decisivo se apresente. (Korybko, 2018, p.80)

Tanto as Revoluções Coloridas como a Guerra Não Convencional cumprem esse papel com o uso de atores por procuração. As Revoluções Coloridas fazem uso de procuradores políticos e sociais para abalar o tecido social do Estado alvo, ao passo que as Guerras Não Convencionais usam procuradores armados para cortar fisicamente a conexão entre todos os elementos da sociedade. A transição da Revolução Colorida para a Guerra Não Convencional também é uma transição da guerra intangível para a guerra tangível. [...] Ambos são manifestações da Guerra de Quarta Geração no sentido em que são não lineares, indiretos e dinâmicos. (Korybko, 2018, pp.94-95)

Em suma, “a conexão entre as Revoluções Coloridas, a Guerra Não Convencional, os objetivos de troca de regime dos EUA e os atores desvinculados do Estado oferece ainda mais provas para confirmar a teoria da Guerra Híbrida.” (Korybko, 2018, p.75) No quadro abaixo, demonstra-se uma síntese do que foi apresentado sobre a Guerra Híbrida e suas ramificações (guerra de 4ª geração, liderança velada, Revoluções Coloridas e Guerra Não Convencional), abordando suas definições, características, objetivos, protagonistas e modelos de guerra, como mostra a figura 1, “Definição, características, objetivos, protagonistas e modelo de guerra da Guerra Híbrida” [NOS ANEXOS]

Os estudos acerca da Guerra Híbrida ainda estão em curso e, com isso, novos parâmetros são passíveis de serem incorporados nessa complexa e nova modalidade de guerra do futuro. Dentre elas, uma interessante interpretação referente à guerra de informação e/ou guerra velada pode ser realizada a partir do conceito de *Lawfare*, ou a utilização de instrumentos jurídicos para fins políticos.

Inclusive, os últimos documentos oficiais dos Estados Unidos, de 2010 e de 2017, explicitam a utilização do combate à corrupção em outros países como forma de luta para mudar regimes e governos de Estados inimigos e/ou de empresas concorrentes. Tal guerra judicial, uma possível nova fase da Guerra Híbrida, não consiste somente num problema interno dos países – inclusive interpretado como uma tática para tratar de eliminar os líderes progressistas na América do Sul e no mundo que possivelmente não poderiam vencer nas urnas – mas, explicitamente, uma diretriz de política externa e de defesa estadunidense.

Fortalecimento das normas internacionais contra a corrupção; Estamos trabalhando dentro do sistema internacional mais amplo [...] para promover o reconhecimento de que a corrupção generalizada é uma violação dos direitos humanos básicos e um grave impedimento ao desenvolvimento e à segurança global. Trabalharemos com governos e organizações da sociedade civil para trazer maior

transparência e prestação de contas aos orçamentos, despesas e ativos de funcionários públicos. E institucionalizaremos práticas transparentes nos fluxos de ajuda internacional, política bancária e tributária internacional e engajamento do setor privado em torno dos recursos naturais para dificultar o roubo de funcionários e fortalecer os esforços dos cidadãos para responsabilizar seus governos. (United States, 2010, p.38) [33]

CONTRA A CORRUPÇÃO ESTRANGEIRA: Usando nossas ferramentas econômicas e diplomáticas, os Estados Unidos continuarão tendo como alvo autoridades estrangeiras corruptas e trabalharão com países para melhorar sua capacidade de combater a corrupção, para que as empresas americanas possam competir de maneira justa em climas comerciais transparentes. (United States, 2017, p. 20). [34]

Para o século XXI, o projeto estadunidense no sistema internacional consiste na política de desmonte de projetos nacionais autônomos, ou modelos que se aproximem e repliquem o chinês. Além disso, visa destruir qualquer massa crítica aos EUA onde exista um "núcleo duro", através da exacerbação dos conflitos das Forças Políticas Internas, acarretando uma divisão endógena seguida de caos econômico e social das sociedades sul-americanas. Ainda, é importante salientar que não existe Guerra Híbrida sem um eficiente e longo processo de

cooptação de segmentos essenciais da elite local (Judiciário, Imprensa, Atores políticos), ratificando que tal planejamento é de médio-longo prazo.

Em suma, a análise conceitual e empírica no presente artigo visa demonstrar que tais práticas se encontram presentes na América do Sul na década de 2010, principalmente nos países que apresentam políticas contrastantes com as diretrizes estratégicas dos Estados Unidos, em distintos graus e medidas, tais como Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia e Equador. Logo, visualizam-se indícios da guerra de 4ª geração, de liderança velada, de Revoluções Coloridas e de Guerras Não Convencionais, corroborando a hipótese central de que a Guerra Híbrida, como nova contenda geopolítica, se insere de forma velada na região.

Conclusão

A Guerra Híbrida constitui o novo horizonte da estratégia militar para troca de regime dos EUA ao utilizar indiretamente uma miscelânea de grupos por procuração para realizar os objetivos estratégicos de Washington. Além disso, possui relação direta com a geopolítica, uma vez que sendo o objetivo provocar a fragmentação e neutralização estratégica de um Estado não alinhado e prolongar a supremacia estadunidense no sistema internacional – que caminha para um mundo multipolar, como visualizado nas seções anteriores –, a implementação da Guerra Híbrida em vários tabuleiros

geopolíticos poderia reverter esse processo e restabelecer a ordem unipolar por um período de tempo indeterminado.

A partir da constatação de que os Estados Unidos não possuem mais a capacidade (custos político-econômicos, opinião pública) de manter guerras irrestritas longínquas ao seu entorno estratégico direto e imediato, principalmente após as experiências no Iraque e no Afeganistão e, obviamente, devido à crise de 2008, os geoestrategistas estadunidenses relançaram suas bases para o século XXI retomando, num primeiro momento, o controle regional, visando a possibilidade posterior de nova ofensiva em âmbito global. Em outros termos, a América do Sul retorna ao radar do *Big Game* estadunidense.

A América do Sul não está isolada do contexto da Guerra Híbrida; pelo contrário, são constatados, nos países contrários à política externa estadunidense, diversos mecanismos visando o *regime change*, principalmente durante a década de 2010, tomando-se como exemplo a Venezuela de Chavez e Maduro, o Brasil de Lula e Dilma, a Argentina de Nestor e Cristina Kirchner, a Bolívia de Evo Morales, o Equador de Rafael Correa, o Paraguai de Fernando Lugo. Estes e demais exemplos são de fundamental importância para análises e pesquisas futuras, lastreadas pelo conceito apresentado.

A Guerra Híbrida tem sido planejada para corroer o papel do Estado. Na América do Sul, ao manter o Estado alvo

em estado de colapso ou semicolapso por um período de tempo prolongado após a desestabilização social, política e/ou econômica, “o resultado é um Buraco Negro geopolítico, cuja intenção é que o campo de atração gravitacional regido pelo caos engula os Estados vizinhos.” (Korybko, 2018, p.91)

Em outros termos, do ponto de vista estratégico, a Guerra Híbrida pode possuir mais de um objetivo final, o que a diferencia dos golpes típicos perpetrados ao longo da Guerra Fria na região. Ainda, os EUA são contrários a qualquer projeto de "Brasil potência" ou de integração autônoma mais assertiva na região, uma vez que seria uma contraposição a sua hegemonia hemisférica. Desta forma, conclui-se a fundamental importância para os países sul-americanos a compreensão do funcionamento e da extensão deste método, buscando elaborar com eficiência estratégias que neutralizem sua aplicabilidade.

Notas

2- “As Forças Políticas Externas são forças exógenas que buscam estabelecer e exercer o poder, controle e intervenção através de forças centrífugas, impedindo os agentes de se afastarem da órbita gravitacional do seu centro de irradiação. Diferentemente das Forças Políticas Internas, as Forças Políticas Externas necessitam de um agente externo a ele para exercer o poder, atuando de fora para dentro do sistema, ou seja, é um tipo de força exercida sobre esse sistema. Rotineiramente, as FPE formam compromissos com determinadas FPI, que passam a tomar decisões estabelecidas e referenciadas às primeiras; i.e., as Forças Políticas Externas visam sempre influenciar as Forças Políticas Internas que melhor reproduzam seu sistema interno de acumulação de poder e riqueza.” (Rodrigues, 2020, p.122)

3- “São os grupos que visam o poder, domínio ou influência a partir do estabelecimento de forças centrípeta, impelindo os agentes a se aproximarem do centro em torno do qual se movem. Elas são capazes de produzir ou acelerar movimentos políticos, determinando o deslocamento dos agentes através de um consenso que origina uma ação social e política específica, de acordo com seus princípios. Assim, são poderes fraturados pela dissensão, cuja vocação endógena de influenciar os blocos de poder é exercida entre os atores que compõem o sistema, haja vista que uma

das principais características do mundo contemporâneo é a guerra entre blocos de capitais.” (Rodrigues, 2020, p.121)

4- A full-spectrum dominance, também denominada de dominância de espectro total ou superioridade de espectro total, é a conquista de controle de uma entidade militar sobre todas as dimensões do espaço de batalha, possuindo efetivamente uma diversidade esmagadora de recursos em áreas como terrestre, aérea, marítima, espacial, psicológica, guerra biológica e ciber-tecnológica. Segundo Bandeira, em seu livro “A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias” (2016), consistiria numa governança global e dominação totalitária dos Estados Unidos, uma ditadura global representativa das grandes corporações de Wall Street.

5- O targeted killing (assassinato direcionado) é definido como uma forma de assassinato premeditado realizado por governos contra seus inimigos, sejam eles um indivíduo, organização ou instituição estatal, fora de um procedimento judicial ou de um campo de batalha. Segundo o Bureau of Investigative Journalism, os Estados Unidos utilizaram o denominado targeted killing como tática central no combate ao terrorismo, principalmente a partir da administração do presidente Barack Obama.

6- “Political vacuum in Latin America pose potential threats to the United States.” (Kelly, 1997, p.190)

7- O regime change, ou mudança de regime, refere-se à derrubada de um

governo considerado ilegítimo por uma força externa e sua substituição por um novo governo, de acordo com as ideias ou interesses promovidos por essa força. Visam, principalmente, ganhar posições estratégicas e condicionar guerras em naturais.

8- "A região do Atlântico Sul voltou a ser definida como estratégica para o interesse dos Estados Unidos no campo da segurança, observando-se três ações direcionadas a esta região: a reativação da Quarta Frota, o aumento dos investimentos no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) e a criação do Comando Militar da África (USAFRICOM). Em linhas gerais, o Atlântico Sul retoma este papel devido à crescente presença brasileira, chinesa e indiana neste espaço, destacando-se sua relevância como zona de passagem e de produção de recursos energéticos (pré-sal, acesso a petróleo e gás) e de commodities." (Pecequillo, 2013, p.112)

9- No caso específico da América do Sul, consiste em brevar o protagonismo regional e internacional do Brasil, através da inviabilização dos projetos de integração regional, destruição de complexos econômicos por vias diretas e indiretas (como as empreiteiras brasileiras e empresas relacionadas ao pré-sal), e submissão da política externa brasileira aos interesses imediatos dos Estados Unidos. Outros casos podem ser citados no sistema internacional, como o Irã no Oriente Médio, com o ataque que resultou na morte de um dos homens mais poderosos do país, o

general Qassem Soleimani, além da inviabilização do sistema financeiro iraniano através de sanções econômicas; e da Rússia na Eurásia, principalmente pela aversão de uma possível aliança sino-russa.

10- "O domínio da ALCA nas relações hemisféricas, e, principalmente, nas relações bilaterais encontraria em 1997/1998 um ponto de inflexão. Este ponto de inflexão levaria ao esgotamento gradual das negociações, sendo caracterizado por alguns fatores: o início da crise econômica de 1997 a 1999, que atingiu o Brasil, a Rússia, a Coreia do Sul e o Japão, aprofundando-se na América Latina com o aumento das instabilidades e choques políticos incluindo a destituição de governos, o agravamento de condições sociais, a crise cambial e a desaceleração econômica; a mudança de foco da política externa do Brasil; e, por fim, as crises da Presidência Clinton." (Pecequillo, 2012, p.45)

11- Nesta perspectiva, o sentido geopolítico do regionalismo aberto na integração da América Latina seria a formação de blocos para fortalecer as negociações de acordos multilaterais em favor do livre comércio global, obtendo ganhos na comercialização dos bens em que possuem vantagens comparativas, seguindo a lógica economicista de liberalização e atração de fluxos de investimento direto estrangeiro de países mais desenvolvidos, que promoveriam o desenvolvimento e a convergência dos países do Sul de

acordo com seus princípios de livre mercado concorrencial, não modificando dessa maneira a estrutura da inserção latino-americana no sistema internacional num sentido geoestratégico

12- Com o fim do projeto preconizado pela ALCA, os Estados Unidos passaram a adotar uma nova estratégia a partir dos TLC's, uma vez que configura uma relação de poder de barganha assimétrica, facilitando a realização de acordos bilaterais em detrimento de tratados multilaterais, incluindo ainda conteúdos que vão além da esfera comercial. "Ese pacto pretende revivir los objetivos de la extinta ALCA con base en los Tratados de Libre Comercio (TLC) que Estados Unidos tiene firmados con los miembros del Acuerdo. En realidad se trata de un pacto contra el Mercosur y la integración regional, e de modo más explícito contra el Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur [...] Es también un modo de frenar a Brasil y sus aspiraciones de convertirse en un jugador global" (BORON, 2013, p.168); "em termos econômicos, os propósitos eram também limitados ao perfil dos Tratados de Livre Comércio (TLC), não estando previstos mecanismos de alavancagem do desenvolvimento de países menores via ajuda do bloco." (Pecequillo, 2012, p.40)

13- A criação da Aliança do Pacífico [13] possui como objetivo avançar progressivamente a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre seus membros e que, apesar de não ser

um tratado firmado pelos Estados Unidos, possui seu apoio. "Nessa situação em que o seu governo continua limitado aos problemas do mercado mundial do combustível fóssil e o das energias renováveis, como também muito longe de estabilizar o Médio Oriente, Obama tem se voltado para a região latino-americana, tendo promovido a criação da Aliança do Pacífico envolvendo México, Colômbia, Peru e Chile.[...] Essa é a razão pela qual a estratégia da liderança norte-americana de controle do Pacífico e do hemisfério ocidental – 'Aliança do Pacífico' e a 'Parceria Trans-Pacífico' – seja construída na perspectiva de responder ao processo de integração sul-americano e latino-americano." (Cabral, 2015, pp.14-16)

14- O Trans Pacific Partnership (TPP), acordo assinado em 2015 pelos Estados Unidos com outros países do mundo pertencentes à Bacia do Pacífico, é o exemplo mais elucidativo para a garantia através de negociações e normas multilaterais do processo de criar "um único ecúmeno comercial do Atlântico ao Pacífico, cujo centro se localizaria na América do Norte." (Anderson, 2015, p.219). O TPP constitui o maior acordo regional na história e pedra angular da política econômica do governo Obama (2009- 2017) na Ásia-Pacífico, a fim de impulsionar o crescimento econômico dos EUA e apoiar a criação e manutenção de emprego e renda, além de conter a projeção da China na região da Ásia-Pacífico e na América Latina. Este

acordo de livre comércio, negociado a portas fechadas e com cláusulas de confidencialidade, tem por objetivo reduzir as barreiras comerciais, aumentar o acesso a mercados, estabelecer um quadro comum para a propriedade intelectual, regras de origem, defesa comercial, compras públicas, serviços, investimentos, comércio eletrônico, telecomunicações, regras do direito do trabalho e direito ambiental, coerência regulatória e estabelecer um mecanismo de resolução de litígios entre investidor-Estado. Para Pecequillo (2013, p.113), "a TPP busca o estabelecimento de um novo pivô asiático de contenção à expansão da presença chinesa na Ásia e no Pacífico em geral, sendo composta de pilares estratégicos (reposicionamento de tropas norte-americanas) e econômicos (estabelecimento de uma área de livre comércio na região do Pacífico)."

15- O TTIP propõe um de acordo de livre comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos, agregando 28 países, com aproximadamente 60% do PIB mundial, 33% do comércio mundial e 42% do comércio mundial de serviços. O tratado busca aumentar o volume de exportações e importações entre o bloco e os EUA, além de intensificar os investimentos e determinar mais facilmente a procedência dos produtos, reduzindo custos através da regulação/equalização de regras, buscando reduzir as barreiras comerciais como direitos aduaneiros, burocracia, restrições ao investimento e

remoção de tarifas. Além disso, contempla a criação de um Investment Court System (ICS), tribunal privado que outorga as multinacionais o direito a demandar aos Estados quando consideram que as leis são obstáculos ao comércio; liberaliza e desregulamenta os serviços financeiros, com maior participação do setor financeiro no processo legislativo; eleva a duração das patentes dos medicamentos; possibilita a privatização de serviços de emergência, como o NHS (National Health System) europeu.

16- O TISA é um acordo comercial atualmente negociado por 23 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), incluindo a UE, correspondendo a aproximadamente 70% do PIB mundial e 70% do comércio mundial de serviços. O acordo é baseado no General Agreement on Trade in Services (GATS) da OMC, no qual as propostas abarcam a abertura dos mercados e a melhoria das regras de comércio internacional em áreas como licenciamento, serviços financeiros, telecomunicações, e-commerce, transporte marítimo, , e empregos profissionais estrangeiros e temporários para prestação de serviços.

17- Na ausência de um inimigo após a Guerra fria, foram criadas duas categorias de Estados que passaram a representar focos de ameaça no sistema internacional: os rogue States (Estados párias ou bandidos) e os failed States (Estados falidos). "Em linhas gerais, os Estados párias são entidades políticas organizadas, governadas de forma

autoritária, com pretensões de hegemonia regional, apoio a grupos radicais e desenvolvimento de programas de armas de destruição em massa, e que não respeitam as normas da comunidade internacional (o Irã e a Coreia do Norte são exemplos atuais). Por sua vez, os Estados falidos referem-se a Estados fragmentados social, étnica e socialmente, com graves problemas humanitários, e que podem servir de santuário a grupos fundamentalistas. No pós-Guerra Fria, a estabilidade e contenção dessas nações é prioridade para os Estados Unidos, visando a mudança de regime em direção à democracia por meio de meios políticoeconômicos." (Pecequillo, 2012, pp.15- 16)

18- Previamente ao estudo analítico das definições conceituais e empíricas da guerra híbrida, é importante ressaltar a sua amplitude e complexidade, vinculando-se estreitamente ao pensamento estratégico no que tange à análise de ações no teatro de operações. Contudo, considera atores e elementos dos campos militar, político, econômico, civil/social e informacional, advindo dos usos dos múltiplos elementos de poder utilizados em múltiplas dimensões e em múltiplos níveis, de forma sincronizada e simultânea, e não somente de status discursivos atribuídos ao estado A ou B (apesar de ações de guerra híbrida acontecerem nesses Estados com relativa frequência).

19- "A guerra não é meramente um ato

de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. O que continua sendo peculiar na guerra é simplesmente a natureza peculiar dos seus meios. [...] O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito." (Clausewitz, 1832, p.91)

20- " A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade." (Clausewitz, 1832, p.75)

21- "Conseqüentemente, quando estivermos capacitados para o ataque, é necessário aparentar incapacidade; quando estivermos perto, é necessário fazer o inimigo acreditar que estamos longe, e quando estivermos longe fazê-lo acreditar que estamos perto." (Sun Tzu, 2007, p.23)

22- " Assim, o líder habilidoso subjugará as tropas inimigas sem nenhuma luta, capturará suas cidades sem sitiá-las; dominará seus reinos sem operações prolongadas no campo de batalha." (Sun Tzu, 2007, p.36)

23- "But our conventional superiority creates a compelling logic for states and non-state actors to move out of the traditional mode of war and seek some niche capability or some unexpected combination of technologies and tactics to gain an advantage. Thus, we need to explore the nature of alternative challenges and the corresponding

investments we must make to better posture ourselves for a projected world of more unconventional adversaries.” (MATTIS; HOFFMAN, 2005, pp.30-32)

24- *“This matches the views of many military analysts, who have suggested that future conflict will be multi-modal or multi-variant rather than a simple black or white characterization of one form of warfare. Thus, many analysts are calling for greater attention to more blurring and blending of war forms in combinations of increasing frequency and lethality. This construct is most frequently described as “hybrid warfare,” in which the adversary will most likely present unique combinational or hybrid threats specifically targeting U.S. vulnerabilities. Instead of separate challengers with fundamentally different approaches (conventional, irregular, or terrorist), we can expect to face competitors who will employ all forms of war and tactics, perhaps simultaneously.”* (Hoffman, 2009, p.35)

25- *“Such “hybrid” conflicts may consist of military forces assuming a non-state identity, as Russia did in the Crimea, or involve a VEO fielding rudimentary combined arms capabilities, as ISIL has demonstrated in Iraq and Syria. Hybrid conflicts also may be comprised of state and non-state actors working together toward shared objectives, employing a wide range of weapons such as we have witnessed in eastern Ukraine. Hybrid conflicts serve to increase ambiguity, complicate decision-making, and slow*

the coordination of effective responses. Due to these advantages to the aggressor, it is likely that this form of conflict will persist well into the future.” (United States, 2015, p.4)

26- *“Esta idea es lo suficientemente gráfica para que el poder político y la opinión pública comprendan la complejidad de los conflictos y entiendan las dificultades estratégicas, operacionales y tácticas que deben superar las fuerzas que participan en misiones en el exterior.”* (Colom, 2012, p.87)

27- *“ Por fim, o Presidente Obama institucionalizou o modelo de Liderança por trás dos panos quando discursou em West Point no final de maio de 2014. No discurso, ele declara, com destaque, que ‘os EUA devem liderar no cenário mundial (...) mas a ação militar dos EUA não pode ser o único – ou sequer o principal – componente de nossa liderança em todas as ocasiões. Só porque temos o melhor martelo não significa que todo problema é um prego’. Isso foi interpretado como os EUA abandonando formalmente a doutrina unilateral ‘por conta própria’, salvo circunstâncias excepcionais. A essa altura, percebe-se que os EUA expuseram claramente suas intenções em trocar o posto de polícia do mundo pelo manto de mestre das marionetes da liderança por trás dos panos. Reforçando esse argumento, a transformação social e política generalizada que os EUA vislumbraram com a Primavera Árabe não poderia ter*

dado certo por meio de uma ação unilateral. Logo, o ano de 2011 representa o fim oficial do momento unipolar e o início da era da Liderança por trás dos panos, que, em si, consiste na adaptação dos EUA a um mundo multipolar.” (Korybko, 2018, pp.35-36)

28- “A guerra indireta será marcada por “manifestantes” e insurgentes. As quintas-colunas serão compostas menos por agentes secretos e sabotadores ocultos e mais por protagonistas desvinculados do Estado que comportam-se publicamente como civis. As mídias sociais e tecnologias afins substituirão as munições guiadas como armas de ‘ataque cirúrgico’ da parte agressora, e as salas de bate-papo online e páginas no Facebook tornar-seão o novo ‘covil dos militantes’. Em vez de confrontar diretamente os alvos em seu próprio território, conflitos por procuração serão promovidos na vizinhança dos alvos para desestabilizar a periferia dos mesmos. As tradicionais ocupações militares podem dar lugar a golpes e operações indiretas para troca de regime, que são muito mais econômicos e menos sensíveis do ponto de vista político.” (Korybko, 2018, p.12)

29- “*Nonviolent struggle is a much more complex and varied means of struggle than is violence. Instead, the struggle is fought by psychological, social, economic, and political weapons applied by the population and the institutions of the society. These have been known under various names of protests, strikes, noncooperation, boycotts, disaffection*

and people power. [...] Political defiance, unlike violence, is uniquely suited to severing those sources of power.” (Sharp, 2012, p.45)

30- *Na nossa interpretação crítica, o título poderia facilmente ser substituído por “From Rogue States to aligned countries: a conceptual framework for selective liberation”, principalmente se consideradas as seguintes passagens do autor: “It should be remembered that against a dictatorship the objective of the grand strategy is not simply to bring down the dictators but to install a democratic system and make the rise of a new dictatorship impossible. To accomplish these objectives, the chosen means of struggle will need to contribute to a change in the distribution of effective power in the society.” (SHARP, 2012, p.77); “Planners of the grand strategy should calculate in advance the possible and preferred ways in which a successful struggle might best be concluded in order to prevent the rise of a new dictatorship and to ensure the gradual establishment of a durable democratic system.”(Sharp, 2012, p.112*

31- Para tal, Sharp utiliza cerca de 200 métodos específicos divididos em três categorias (protesto e persuasão, não cooperação e intervenção), elaborados com vários objetivos, como confundir as autoridades, manchar sua legitimidade, impor adversidades econômicas, gerar uma cobertura midiática internacional favorável, dentre outros: “*methods of nonviolent protest*

and persuasion are largely symbolic demonstrations, including parades, marches, and vigils (54 methods). Noncooperation is divided into three sub-categories: (a) social noncooperation (16 methods), (b) economic noncooperation, including boycotts (26 methods) and strikes (23 methods), and (c) political noncooperation (38 methods). Nonviolent intervention, by psychological, physical, social, economic, or political means, such as the fast, nonviolent occupation, and parallel government (41 methods), is the final group." (Sharp, 2012, p.46)

32- "Only a shift in power relations in favor of the democrats can adequately safeguard the basic issues at stake. Such a shift will occur through struggle, not negotiations." (Sharp, 2012, pp.16-17)

33- "Strengthening International Norms Against Corruption; We are working within the broader international system [...] to promote the recognition that pervasive corruption is a violation of basic human rights and a severe impediment to development and global security. We will work with governments and civil society organizations to bring greater transparency and accountability to government budgets, expenditures, and the assets of public officials. And we will institutionalize transparent practices in international aid flows, international banking and tax policy, and private sector engagement around natural resources to make it harder for officials to steal and to strengthen the efforts of

citizens to hold their governments accountable." (United States, 2010, p.38) 34- COUNTER FOREIGN CORRUPTION: Using our economic and diplomatic tools, the United States will continue to target corrupt foreign officials and work with countries to improve their ability to fight corruption so U.S. companies can compete fairly in transparent business climates. (United States, 2017, p.20)

Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas

Tabelas

Figura 1 – Definição, características, objetivos, protagonistas e modelo de guerra da Guerra Híbrida

	GUERRA HÍBRIDA			
	Guerra de 4ª Geração	Liderança velada	Revoluções Coloridas	Guerras Não Convencionais
Definição	Última fase da guerra na era das TIC's globalizadas num contexto pós-industrial	Guerra por procuração gerida através de assistência militar discreta a aliados	Guerra indireta com técnicas de psicologia das massas, TI e meios de comunicação	Guerra assimétrica previamente estabelecida por forças não oficiais contra um adversário tradicional
Características	* Estado perde o monopólio sobre o exercício da violência e da guerra	* Intervenção indireta	* Utilização de ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais	* Evolução orgânica da Revolução Colorida (continuação de conflito existente)
	* Influência da era da informação e transformações tecnológicas	* Concentração de esforços no envio de armamentos e treinamento de tropas locais	* Táticas desenvolvidas fora do Estado nacional	* Táticas em constante transformação para desequilibrar as autoridades
	* Cenários complexos e de configuração difusa	* Terceirização das operações de desestabilização para aliados regionais	* Métodos para difusão de críticas contra o governo e resistência não violenta (Gene Sharp)	* Desenvolvimento sistemático da organização, insurreição e subversão no interior de países não alinhados (TC 18-01 Unconventional Warfare)
	* Fluida, descentralizada e assimétrica	* Troca do posto de polícia do mundo pelo manto de mestre das marionetes	* Procuradores políticos e sociais para abalar o tecido social do Estado alvo	* Estudo de viabilidade premeditado para avaliar sucesso da operação
	* Atuação no campo psicossocial, sem uso explícito da força	* Favorecimento dos objetivos geoestratégicos dos EUA	* Disseminação da informação: "fábrica de consensos" e "mente de colmeia"	* Combate não regular e não linear
	* Guerra Híbrida é sua síntese	* Liderança por trás dos panos	* Golpe brando	* Golpe rígido

Objetivos	* Auferir resultados psicológicos e afetar a opinião pública	* Alcançar a dominação de espectro total	* Controlar aspectos intangíveis (sociedade, ideologia, psicologia)	* Abalar e manter inimigo em contínuo desequilíbrio
	* Destruir a vontade política do adversário através do colapso físico e moral	* Desestabilizar países não alinhados	* Derrubar governos não alinhados por meio de movimentos de massas	* Conformar movimentos de insurgência visando coagir e derrubar um poder em exercício
Protagonistas	Atores estatais e não estatais	Agentes terceirizados	Manifestações de massa	Forças não oficiais
Modelo de guerra	Guerra ilimitada e irrestrita	Guerra por procuração	Guerra indireta e intangível	Guerra caótica e tangível

Fonte: elaboração própria.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Org.). Governança Global e a integração da América do Sul. Brasília: Ipea, 2011. p. 197-246.

CABRAL, Severino. Os Estados Unidos, a América Latina e o mundo do século XXI: forjando um novo espaço geopolítico. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p.9-20, 2015.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Tradução do inglês para o português CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, 1832.

COLOM, Guillem. Vigencia y limitaciones de la guerra híbrida. Revista Científica "general José María Córdova", Bogotá D.c, v. 10, n. 10, p. 77-90, jun. 2012.

COLOMBO, Sandra; FRECHERO, J. Ignacio. Yes we can?: A política externa

de Obama para a América Latina: da decepção à autonomização da região. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p.189-222, 2012.

COSTA, Flávio Pietrobon. Interesses geoeconômicos escusos como ameaça ao Brasil no século XXI. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, Niterói, v. 8, n. 15, p.183- 204, jan./jun. 2016.

FIORI, José Luis. Epílogo - Ética cultural e guerra infinita. In: FIORI, José Luis (Org.). Sobre a guerra. Petrópolis: Vozes, 2018. (pp. 397-404). FIORI, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, Jose Luis. História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

HOFFMAN, F. Hybrid Threats: Neither omnipotent nor unbeatable. Orbis, vol.54, n. 3, p.441-455., 2010.

HOFFMAN, Frank G.. Hybrid Warfare and Challenges. Joint Force Quarterly (jfq), Washington, n. 52, p. 34-39, 2009.

KELLY, Philip. Checkerboards and Shatterbelts: The geopolitics of South America. Austin: University Of Texas Press, 1997.

KORYBKO, Andrew. Guerras híbridas das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEAL, Paulo Cesar. A guerra híbrida: reflexos para o sistema de defesa do Brasil. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, Brasília, v. 4, n. 9, p. 6-17, 2016.

LIND, Wiliam. Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. *Military Review – Combined Arms Center Military Review*, Jan./fev., 2005.

MATTIS, James N.; HOFFMAN, Frank. *Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars*. *Proceedings Magazine: U.S. NAVAL INSTITUTE*, Annapolis, Maryland, v. 132/11/1233, p.30-32, nov. 2005.

NEMETH, William J.. *Future War and Chechnya: a Case of Hybrid Warfare*. 2002. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arts In National Security Affairs, Naval Postgraduate School, Monterey, California, 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p.100-115, jul./dez. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre:Ufrgs Editora, 2003.

RÁCZ, András. *Russia's Hybrid War in Ukraine: Breaking the Enemy's Ability to*

Diálogos Sul-Americanos: 10 anos da Política Exterior. 1ed.Marília: Cultura Acadêmica, 2015, v. 1, p. 45-62.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. De Monroe a Obama: a América Latina como zona geoestratégica dos Estados Unidos. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 17, p.23-37, 2018.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. *Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?: os projetos de poder estadunidense e chinês na amazônia sul-americana (2001-2016)*. 2020. 392 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. SHARP, Gene. *From dictatorship to democracy: a conceptual framework for liberation*. New York: The New Press, 2012.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. São Paulo: Golden Books, 2007. UNITED STATES. *The National Military Strategy of the United States of America*. Washington: Secretary Of Defense, 2015.

UNITED STATES. *National Security Strategy of the United States of America: Administration of Donald John Trump*. Washington, D.C. Press, Dec., 2017.

UNITED STATES. *National Security Strategy: Administration of Barack Hussein Obama*. Washington, D.C. Press, May, 2010.

VISACRO, Alessandro O Desafio da Transformação.. Military Review. Ed. Brasileira. Kansas-USA: Março-Abril, 2011.

Resumo

O presente artigo busca analisar os parâmetros e as características principais dessa nova modalidade de disputa, a Guerra Híbrida. A partir da hipótese central de que essa nova contenda geopolítica se insere de forma velada na América do Sul, será realizado um estudo realista, com a metodologia qualitativa proposta por Korybko (2018), transplantando-a para o contexto sul-americano. Assim, busca-se elucidar e compreender suas características principais, seu funcionamento e a sua amplitude, com a finalidade de contribuir na elaboração de eficientes estratégias de neutralização. O trabalho divide-se em duas subdivisões: na primeira parte, busca-se realizar um breve preâmbulo da atuação dos Estados Unidos em território sul-americano no século XXI; na segunda, uma definição conceitual e empírica da Guerra Híbrida, analisando suas características, objetivos, protagonistas e modelos.

Palavras-chave - Guerra Híbrida; Estados Unidos; América do Sul; Guerra de 4ª Geração

Abstract

This paper seeks to analyze the parameters and main characteristics of this new type of dispute, the Hybrid War. Based on the central hypothesis that this new geopolitical dispute is inserted in a veiled way in South America, a realistic study will be carried out, with the qualitative methodology proposed by Korybko (2018), transplanting it to the South American context. Thus, it seeks to elucidate and understand its main characteristics, its functioning and its breadth, in order to contribute to the elaboration of efficient neutralization strategies. The work is divided into two subdivisions: in the first part, it seeks to carry out a brief preamble of the United States' activities in South American territory in the 21st century; in the second, a conceptual and empirical definition of the Hybrid War, analyzing its characteristics, objectives, protagonists and models.

Keywords - Hybrid War; United States; South America; 4th Generation War